

O percurso histórico da “ideologia de gênero” na Câmara dos Deputados: uma renovação das direitas nas políticas sexuais

Henrique Araujo Aragusuku¹

106

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar uma análise histórica sobre a presença do termo “ideologia de gênero” nas discussões legislativas da Câmara dos Deputados. Para isto, foram sistematizados e analisados 225 pronunciamentos e 27 projetos legislativos, de 2003 (primeira aparição do termo) a 2019. As análises expostas são de natureza interpretativa, visando a compreensão do processo gradual de emergência e consolidação do discurso da “ideologia de gênero” na Câmara dos Deputados, junto a seus entrelaçamentos discursivos, políticos e institucionais. A análise foi dividida em três momentos históricos: 2003 a 2014 (primeira aparição e baixa frequência de uso do termo), 2015 a 2018 (crescimento abrupto e ampliação do uso do termo por uma diversidade de atores políticos), e 2019 (alinhamento do uso do termo à agenda do Governo Federal). Atualmente, a “ideologia de gênero” se constitui como uma renovação das direitas no campo das políticas sexuais. Trata-se de um novo discurso político que reorganizou e unificou a agenda conservadora de oposição às políticas em gênero e sexualidade no Brasil.

Palavras-chave: Gênero; Sexualidade; Câmara dos Deputados; Direitas; Conservadorismo.

¹ Doutorando e mestre em Psicologia Social e especialista em Psicologia Política pela Universidade de São Paulo (USP). Graduado em Psicologia pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Bolsista CNPq. E-mail: henriquearagusuku@usp.br.

Introdução

O discurso da “ideologia de gênero” é um fenômeno emergente no cenário político brasileiro dos últimos cinco anos, sendo uma pauta conservadora mobilizada por grupos de direita no campo da moralidade, dos costumes e práticas sexuais. Na compreensão dos atores que mobilizam este discurso, o conceito de “gênero” seria uma construção ideológica e, neste sentido, falsa e ilegítima, difundida por movimentos feministas e LGBT com vistas à desconstrução da família, das normas e valores cristãos (família nuclear heterossexual, divisão essencial entre homens e mulheres, rigidez nos papéis de gênero, etc.) – normas e valores que constituiriam a natureza humana em sua essência. Assim, a sua desconstrução resultaria na desestruturação da sociedade como um todo, pois afetaria o ordenamento natural das relações sociais (PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A FAMÍLIA, 2014; SCALA, 2010).

107

De natureza religiosa, este discurso político foi gradualmente propagado nos meios teológicos católicos em fins do século XX e início do XXI, para então se tornar fluente nas disputas políticas em diversas partes do mundo a partir da atuação de grupos conservadores cristãos. Tratou-se de uma reação conservadora aos avanços jurídicos, em termos de direitos sexuais e políticas de gênero e sexualidade – como o reconhecimento das uniões homoafetivas, do direito ao aborto, da necessidade de políticas de proteção à diversidade sexual, etc. – assimilados pela Organização das Nações Unidas e promovidos por diversos Estados nacionais (ARAGUSUKU, 2018; BRACKE e PATERNOTTE, 2016; JUNQUEIRA, 2018). No contexto brasileiro, o discurso da “ideologia de gênero” foi inicialmente difundido por grupos conservadores católicos no início dos anos 2000, até se tornar fluente no léxico político de lideranças de direita (religiosas e laicas) em meados dos anos de 2010. Ao longo deste processo, este discurso adentrou em importantes espaços institucionais de deliberação política, afetando o ordenamento público, a arena legislativa e a esfera das políticas públicas no Brasil.

Desse modo, este artigo tem como objetivo apresentar uma análise histórica da presença da “ideologia de gênero” na Câmara dos Deputados, de 2003 (primeira aparição do termo) a 2019. É de conhecimento público que este é um espaço de forte

articulação de grupos de direita na promoção de uma agenda conservadora nos campos econômico, jurídico e sociocultural (ALMEIDA 2019; GALLEG0, 2018). No entanto, ainda são iniciais as análises sobre o avanço dessa agenda no campo das políticas sexuais – ou seja, das interações entre sexualidade, processos sociopolíticos e Estado (CARRARA, 2015; WEEKS, 2002) – a partir da emergência do discurso da “ideologia de gênero” nas disputas legislativas presentes na Câmara dos Deputados.

Dos trabalhos já desenvolvidos com o banco de dados da Câmara², Naara Luna (2017) analisou os projetos legislativos que tratam sobre “diversidade sexual” em 2015 e identificou o uso frequente do termo “ideologia de gênero”, e sua instrumentalização política, por parlamentares conservadores. Rayani Mariano dos Santos (2018) analisou os pronunciamentos sobre “ideologia de gênero” e “Escola Sem Partido” nos anos de 2014 a 2018, realizando uma caracterização destes pronunciamentos por perfil parlamentar, temática e conteúdo. E, por fim, Daniela Rezende, Luciana Ávila e Camila Teixeira (2019) desenvolveram uma análise textual estatística de um conjunto de 57 pronunciamentos, realizados entre 2014 e 2017, que utilizaram o termo “ideologia de gênero”, evidenciando importantes elementos de sua estrutura discursiva e argumentativa.

108

As análises desenvolvidas no presente artigo buscam dialogar com estes trabalhos e contribuir com o debate já iniciado. Evidentemente, trata-se de um fenômeno político emergente que atua de forma constante no presente e, portanto, pretende-se também a ampliação do campo de debate tendo em vista o fomento de novos estudos e pesquisas. Ressalto que as análises expostas ao longo do artigo são de natureza interpretativa (BEVIR e RHODES, 2005) e buscam a compreensão dos atores e das redes políticas envolvidas, dos sentidos e das construções ideológicas mobilizadas, dos efeitos em termos de políticas públicas, e das regularidades do processo de enunciação desse discurso na arena legislativa (FAIRCLOUGH e FAIRCLOUGH, 2012; VAN DIJK, 2009).

² A utilização do banco de dados da Câmara dos Deputados em pesquisas sobre gênero e sexualidade, a partir de diferentes abordagens metodológicas, pode ser visto em outras publicações de referência (e.g. MIGUEL, BIROLI e SANTOS, 2017; MIGUEL e FREITOSA, 2009).

Foram levantados e analisados 225 pronunciamentos (realizados nas sessões do Plenário) e 27 projetos legislativos a partir da utilização do descritor “ideologia de gênero” na aba de busca – nas seções “Discursos” e “Propostas” – do portal virtual³ da Câmara dos Deputados⁴. Os dados coletados foram sistematizados em uma tabela por data de realização, nome do/a parlamentar, partido/estado, filiação religiosa e temática. No caso dos projetos legislativos, foi incluído o número/ano e a descrição dos projetos na tabela. Ao longo do processo de sistematização, todos os pronunciamentos e projetos foram arquivados e lidos em sua íntegra. A análise deste corpus documental buscou sintetizar os seus elementos mais recorrentes e relevantes, como a frequência de aparição por ano, por partido, por filiação religiosa e por temática, e a sua estruturação discursiva em termos de redes políticas, identidades mobilizadas, construções ideológicas, etc. Cabe destacar que, no levantamento, foram excluídos os projetos legislativos (4 no total) onde o termo era citado apenas uma vez, sem qualquer influência na redação ou na argumentação que os justificam.

109 O artigo foi dividido em três seções cada uma representando um período ou momento histórico deste fenômeno político. A primeira diz respeito ao processo gradual de introdução da “ideologia de gênero” nas discussões legislativas da Câmara dos Deputados, um período de aproximadamente uma década (2003-2014). A segunda abarca o período de atividades da 55ª Legislatura (2015-2018), momento em que o uso deste termo se consolidou na agenda política dos grupos de direita. E, por fim, a terceira e última sessão tratou sobre o primeiro ano da 56ª Legislatura e do Governo Bolsonaro (2019), período em que presenciamos a legitimação do discurso da “ideologia de gênero” em importantes espaços políticos no âmbito do Governo Federal.

³ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/>. Acesso em 29 de janeiro de 2020.

⁴ Esta busca também foi realizada no portal do Senado Federal, porém foi averiguada uma frequência baixa de pronunciamentos e proposições legislativas, demonstrando pouca relevância política do uso do termo nas discussões da “casa alta” do Congresso Nacional.

1. A busca pela introdução da “ideologia de gênero” na pauta política (2003-2014)

Do período de 2003 a 2014, foram identificados poucos pronunciamentos no Plenário da Câmara que citaram o termo “ideologia de gênero”, assim como nenhum projeto legislativo proposto. Ao todo, foram realizados 15 pronunciamentos, sendo 8 enunciados no ano de 2014, momento em que a inserção de políticas em gênero e sexualidade nos planos de educação começou a ganhar atenção dos grupos conservadores. Tivemos apenas 1 pronunciamento por ano em 2003, 2004, 2007 e 2010, e 3 no ano de 2013. É importante ressaltar que este é um recorte temporal longo, abarcando três Legislaturas: 52^a (2003-2007), 53^a (2007-2011) e 54^a (2011-2015). Neste período, a noção de “ideologia de gênero” era praticamente desconhecida na arena legislativa e pouco fluente na esfera pública. Tratava-se de um termo utilizado por grupos de direita vinculados a um conservadorismo cristão que ainda possuía uma base social e uma atuação política bastante restrita.

110

Paralelamente, estes primeiros anos do século XXI foram marcados por um avanço crescente dos debates sobre gênero e sexualidade em diversos âmbitos da sociedade brasileira, sobretudo nos espaços de diálogo socioestatal, onde ocorreram avanços legislativos e a proposição de novas políticas públicas (ARAGUSUKU e LOPES, 2018; MELLO, BRITO e MAROJA, 2012; PEREIRA, 2016). No âmbito do Governo Federal, a partir do Governo Lula (2003-2010), tivemos a proposição de uma série de políticas de ampliação da cidadania LGBT, da publicação do Programa Brasil Sem Homofobia, em 2004, à criação do Conselho Nacional LGBT, em 2010. Tais políticas geraram ramificações e influenciaram a proposição de políticas nos âmbitos municipais e estaduais, possibilitando a construção de uma rede de políticas públicas LGBT de características nacionais.

Aliado às mudanças socioculturais e políticas no campo da sexualidade que ocorreram no país (expansão dos coletivos e movimentos LGBT, eclosão das Paradas do Orgulho, novas identidades e sociabilidades, difusão midiática e acadêmica, etc.), este novo cenário gerou um processo de reorganização de grupos conservadores na arena legislativa, que passaram a exercer uma forte ofensiva política contra a “degradação” da moral, dos valores tradicionais e dos costumes sexuais. Destaco que

a oposição conservadora contra a agenda de gênero e sexualidade não é novidade no parlamento brasileiro, que atuou nas últimas décadas de forma resistente à aprovação de legislações que ampliam direitos sexuais e promovem cidadania às pessoas LGBT (ARAGUSUKU, AGUILAR LARA, FRACCAROLI e MARTINS, 2019; CARRARA, 2010). Entretanto, a década de 2010 definiu um momento em que tais grupos conservadores abandonaram uma posição majoritariamente defensiva e, gradualmente, assumiram uma agenda ofensiva, mais propositiva em termos político-legislativos. A emergência do uso do termo “ideologia de gênero”, após 2014, ocorreu em paralelo e evidenciou a consolidação desta ofensiva conservadora no campo das políticas sexuais.

Os quatro primeiros pronunciamentos sobre a “ideologia de gênero” no Plenário da Câmara estiveram dispersos ao longo do período de 2003 a 2010 e foram realizados por três parlamentares: o dep. Elimar Máximo Damasceno (PRONA/SP)⁵, discursos de 2003 e 2004; o dep. Lael Vieira Varella (DEM/MG), de 2007; e o dep. Jairo Paes de Lira (PTC/SP), de 2010. Os três deputados são vinculados ao catolicismo e construíram uma atuação parlamentar pautada pela afirmação de pautas conservadoras. Apesar de defenderem, de forma enfática, posicionamentos conservadores no campo da moral e dos costumes sexuais, tais parlamentares não articularam proposições legislativas significativas neste campo. Os deputados Elimar Damasceno e Paes de Lira possuíam pouca expressão parlamentar e um poder praticamente nulo de articulação política, e o deputado Lael Varella, a despeito de sua expressividade política regional, não articulou proposições sobre a temática.

A única exceção é o PL 6150/2005, intitulado de Estatuto do Nascituro, proposto por Damasceno em conjunto com o dep. Osmânio Pereira (PTB/MG). Apesar deste projeto ter dado visibilidade nacional para Damasceno, logo foi arquivado e teve pouco impacto na 52ª Legislatura. Posteriormente, o projeto foi reapresentado e ainda hoje é discutido no Congresso Nacional. É importante ressaltar que, nestes quatro primeiros pronunciamentos sobre a “ideologia de

⁵ Utilizamos a filiação partidária e o nome do partido a partir do ano em que a ação ocorreu. Assim, se a atividade parlamentar ocorreu em 2003, a filiação partidária e nome do partido estarão em consonância com o respectivo ano.

gênero”, a temática do aborto e as posições conservadora “pró-vida” (MIGUEL, BIROLI e MARIANO, 2017) foram colocadas em destaque pelos parlamentares.

As relações políticas destes parlamentares pioneiros no uso do termo “ideologia de gênero” demonstram alguns fatos interessantes sobre as articulações entre diversas pautas conservadoras. Damasceno foi eleito com apenas 484 votos – algo possibilitado pela votação histórica de Enéas Carneiro (PRONA/SP) para deputado federal em 2002 – e era militante reconhecido do movimento Integralista, contou com apenas um mandato (2003-2007). Lael Varella, empresário e proprietário rural, foi eleito como deputado constituinte pelo PFL como uma liderança ruralista, atuando na Câmara de 1987 a 2015, momento em que se tornou 2º suplente do senador Antonio Anastasia (PSDB/MG). Paes de Lira, coronel e ex-comandante geral da Polícia Militar de SP, tomou posse como deputado suplente após a morte Clodovil Hernandes (PTC/SP), foi protagonista no movimento Pela Legítima Defesa, contra o estatuto do desarmamento, e possui atuação próxima ao Instituto Plínio Corrêa de Oliveira (IPCO), da corrente católica ultraconservadora Família, Tradição e Propriedade (TFP) – teve apenas um curto mandato (2009-2011).

112

De forma semelhante, estes três parlamentares possuem proximidade com o conservadorismo católico e trouxeram o termo “ideologia de gênero” deste meio político-ideológico. Damasceno muito provavelmente, pelas semelhanças linguísticas, trouxe este termo do *Lexicon: termos ambíguos e discutidos sobre família, vida e questões éticas*, publicado pelo Pontifício Conselho para a Família (2014), da Igreja Católica, em 2003. Lael Varella, em seu pronunciamento, reproduzia as informações retiradas da matéria “A Internacional do aborto” da revista *Catolicismo*⁶ do IPCO. E Paes de Lira era um grande entusiasta do livro sobre a “ideologia de gênero” do ativista católico argentino Jorge Scala (2010). Como destacado por uma vasta literatura (e.g. BRACKE e PATERNOTTE, 2016; JUNQUEIRA, 2018; MACHADO, 2018), isto reafirma a importância da atuação de

⁶ A matéria, publicada na edição de junho de 2007, pode ser lida no portal da revista. Disponível em: <http://catolicismo.com.br/materia/materia.cfm?IDmat=93AFC0BA-3048-560B-1C767FBA178E3810&mes=Julho2007&pag=1>. Acesso em 20 de janeiro de 2020.

intelectuais vinculados à Igreja que “inventaram” o termo, e sua difusão política inicialmente realizada por grupos católicos conservadores.

O ano de 2013, com três pronunciamentos realizados no Plenário da Câmara, demonstrou a expansão do uso deste termo para além dos católicos a partir dos discursos de três deputados evangélicos vinculados à Assembleia de Deus e atuantes na Frente Parlamentar Evangélica – os deputados Pastor Eurico (PSB/PE), Takayama (PSC/PR) e Erivelton Santana (PSC/BA). Neste período ocorria uma intensificação das articulações da bancada evangélica contra as demandas em gênero e sexualidade na Câmara dos Deputados (ARAGUSUKU et al., 2019), sobretudo contra a agenda de políticas LGBT implementada pelo primeiro Governo Dilma (2011-2014). No ano seguinte, em 2014, o uso do termo cresceu nas discussões do Plenário da Câmara a partir dos debates em torno do Plano Nacional de Educação e passou a ser utilizado em pronunciamentos por deputados como Jair Bolsonaro (PP/RJ), com carreira política ascendente e crescente base social de apoio. Desde 2011, Bolsonaro ganhava notoriedade por sua luta contra o “kit gay” nas escolas, precursora da luta contra a “ideologia de gênero” na educação (ARAGUSUKU, 2018).

113

Em síntese, podemos esboçar um conjunto de fatores que impulsionaram o avanço de uma agenda de oposição às demandas em gênero e sexualidade no Brasil que culminou na assimilação gradual da noção de “ideologia de gênero” por parlamentares identificados com a direita política. Podemos resumir estes fatores em três blocos de mudanças estruturais que atravessaram a sociedade civil e as instituições políticas brasileiras nas últimas duas décadas: (1) *mudanças socioculturais* como a desestabilização das normativas sexuais e de gênero, a normalização da homossexualidade, a expansão da sociabilidade e das expressões artísticas LGBT, entre outras; (2) *mudanças políticas* como o crescimento de coletivos, ONG e movimentos feministas e LGBT, e a assimilação das demandas desses movimentos por partidos, fundações e outras associações (profissionais, sindicais, acadêmicas, etc.) da sociedade civil; e (3) *mudanças nas políticas públicas* como a proposição de legislações e a implementação de políticas públicas em gênero e sexualidade nos âmbitos municipais, estaduais e federal.

Estas três mudanças atuaram de forma processual e constante ao longo do tempo e explicam, ainda que parcialmente, a eclosão do uso do termo “ideologia de gênero” na Câmara dos Deputados após 2014, que canalizou uma forte agenda contrária às demandas em gênero e sexualidade na arena político-legislativa. Digo parcialmente pois outros fatores foram fundamentais para a assimilação deste termo no meio parlamentar, como mudanças discursivas relacionadas à atuação dos grupos parlamentares de direita e dinâmicas institucionais endógenas à Câmara dos Deputados. No entanto, a existência de uma base social de apoio que impulsionou o uso deste termo na sociedade civil, em reação a estas três mudanças estruturais (socioculturais, políticas e nas políticas públicas), foi fundamental para o crescimento da sua utilização na arena legislativa brasileira. Algo que evidencia o aspecto relacional e codeterminado das ações do Estado, da sociedade civil e, mais especificamente, dos grupos políticos (ABERS, SILVA e TATAGIBA, 2018; GURZA LAVALLE e SZWAKO, 2015).

114

É perceptível que, no período aqui destacado (2003-2014), a “ideologia de gênero” ainda dava passos iniciais no processo de se tornar fluente no léxico conservador e de adentrar, de forma significativa, na pauta política dos grupos de direita. Como apresentado anteriormente, neste período não tivemos a proposição de um único projeto legislativo que citou este termo em sua redação ou justificativa. Entretanto, a utilização do termo “ideologia de gênero” nos projetos legislativos e em pronunciamentos no período seguinte, a partir de 2015, explicitou a consolidação desta ofensiva conservadora já crescente nos cinco anos anteriores.

A “ideologia de gênero” possibilitou uma unificação discursiva de diversos antagonismos vinculados às práticas e costumes sexuais, potencializando esta agenda conservadora e organizando, em um discurso único, questões antes dispersas – como aborto, homossexualidade, família, práticas sexuais, papéis de gênero, educação sexual, entre outros. Como veremos adiante, a educação logo se tornaria a principal frente de “batalha” contra a promoção da “ideologia de gênero” nas políticas públicas e na sociedade brasileira.

2. A consolidação do discurso da “ideologia de gênero” na 55ª Legislatura (2015-2018)

A partir de 2015 e do início da 55ª Legislatura (2015-2019)⁷, tivemos mudanças políticas significativas vinculadas ao uso do termo “ideologia de gênero” na Câmara dos Deputados. Se nos anos anteriores existia um esforço pela introdução deste termo na pauta política e nas discussões legislativas, no ano de 2015 presenciamos a sua consolidação definitiva enquanto uma temática relevante na arena legislativa e na esfera pública. Foram realizados ao todo 160 pronunciamentos nesta legislatura – 39 em 2015, 48 em 2016, 50 em 2017 e 23 em 2018⁸ – evidenciando um crescimento significativo em relação ao período anterior. Este termo também começou a ser citado por parlamentares de partidos de esquerda, que realizaram 23 pronunciamentos contrários a sua utilização pelos grupos conservadores. A temática da educação se tornou o principal locus de conflitos e foi mobilizada na maioria dos pronunciamentos, pois para tais parlamentares a “ideologia de gênero” e as políticas de gênero se sexualidade se constituem como ameaças à educação moral das crianças, por promoverem a desconstrução da família e dos valores cristão e, conseqüentemente, a desestruturação da sociedade (ARAGUSUKU, 2018; MIGUEL, 2016; SANTOS 2018; REZENDE, ÁVILA e TEIXEIRA, 2019).

115

Ao longo destes quatro anos, a “ideologia de gênero” deixou de ser um termo desconhecido e se tornou um conceito de sustentação retórica para as posições de grupos de direita no âmbito da moralidade, dos costumes e das práticas sexuais. Portanto, trato a partir daqui de um *discurso* da “ideologia de gênero”, que organiza politicamente e unifica uma série de questões no campo das práticas socioculturais, dando coesão a uma visão de mundo mais ampla sobre o ordenamento da sociedade e do Estado. Trata-se de um discurso político (FAIRCLOUGH e FAIRCLOUGH, 2012;

⁷ As legislaturas finalizam no dia 31 de janeiro de seu último ano, após o período de recesso de final do ano no Congresso Nacional. Assim, neste tópico, nossa análise foi realizada até o ano de 2018, último ano de atividade real da 55ª Legislatura.

⁸ A diminuição abrupta da frequência de aparição do termo em 2018 é explicada pela ocorrência de ano eleitoral. Foram utilizados descritores genéricos (como Estado, Brasil, nacional, etc.) no portal de busca da Câmara dos Deputados e em cada ano eleitoral (2010, 2014 e 2018) e foi averiguada uma queda brusca de pronunciamentos realizados neste anos.

VAN DIJK, 2009) que busca difundir um determinado posicionamento ideológico na esfera pública e nos espaços de tomada de decisão socioestatal.

É importante destacar que o período de 2015 a 2018 foi marcado por intensos conflitos sociais, por uma forte recessão econômica e por uma crise aberta das instituições políticas nacionais. O segundo Governo Dilma (2015-2016), que dava continuidade à implementação de políticas em gênero e sexualidade, foi atravessado por uma oposição parlamentar crescente, principalmente na Câmara dos Deputados. Neste cenário de crise e instabilidade, grupos ultraconservadores ganharam posições políticas estratégicas e intensificaram a promoção de sua agenda nas mais diversas áreas, sendo o campo das políticas sexuais uma das áreas de maior destaque (ALMEIDA, 2019; GALLEGO, 2018).

Após a concretização do impeachment em 2016, tais grupos buscaram atuar em proximidade com o Governo Temer (2016-2018), exercendo pressão para o desmonte das políticas em gênero e sexualidade implementadas pelos governos anteriores, em paralelo à promoção de uma já consolidada agenda parlamentar de oposição à “ideologia de gênero” (ARAGUSUKU et al., 2019). Este certamente foi um período de reorganização dos grupos de direita e de emergência de uma agenda conservadora que culminaria na chegada de Jair Bolsonaro e sua coalizão política na Presidência da República em 2019.

As polêmicas em torno das políticas de educação (BORGES e BORGES, 2018; LUNA, 2017; MIGUEL, 2016) podem ser consideradas o “combustível” da enunciação da “ideologia de gênero” no Plenário da Câmara. No ano de 2014, uma articulação de parlamentares conservadores possibilitou a aprovação da redação do Plano Nacional de Educação (PNE), pela Câmara dos Deputados, sem os termos “gênero e sexualidade”. Naquele ano, a “ideologia de gênero” começou a ser utilizada na Comissão Especial do PNE como um argumento legislativo, porém sem grande impacto político nos trabalhos gerais da Câmara. No entanto, em 2015, um fenômeno nacional, circunscrito no âmbito dos municípios, afetou a dinâmica legislativa nacional: a votação dos Planos Municipais de Educação (PME) em uma diversidade de municípios brasileiros.

Após a aprovação do PNE, os municípios deveriam aprovar os seus respectivos PME nos anos seguintes. O Governo Federal, fundamentado nas decisões

da Conferência Nacional de Educação (CONAE) de 2014, enviou um texto base de orientação para os municípios que continha os termos “gênero e sexualidade”. Este fato mobilizou uma grande articulação de grupos conservadores, fundamentalmente religiosos (evangélicos e católicos), que protestaram nas câmaras municipais contra a implementação da “ideologia de gênero” nas políticas de educação. Tais protestos resultaram na retirada dos termos “gênero e sexualidade” de praticamente todos os PME aprovados ao longo de 2015 (ARAGUSUKU, 2018).

Por outro lado, essa sinalização de apoio dada por parte da população à luta contra a “ideologia de gênero” na educação produziu uma reconfiguração no equilíbrio de forças políticas, e os grupos políticos conservadores passaram a articular uma agenda cada vez mais ofensiva no campo das políticas sexuais. De 2015 a 2018, presenciamos na Câmara dos Deputados um crescimento abrupto de pronunciamentos e projetos legislativos sobre a “ideologia de gênero”⁹, que se tornou uma temática de destaque nas discussões legislativas, dando embasamento e força política a projetos como o Escola Sem Partido (MIGUEL, 2016).

117

Foram apresentados ao todo 16 projetos legislativos que se embasaram no discurso da “ideologia de gênero” neste período, com apenas 3 que não estão relacionados com as políticas de educação. Com o objetivo de impedir a difusão da “ideologia de gênero”, os projetos buscaram sustar atos do Poder Executivo sobre direitos sexuais na educação, alterar a Lei de Diretrizes Básicas da Educação (LDB), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e até as normas penais. Destes projetos, 5 foram devolvidos (por inconstitucionalidade), retirados pelo autor ou arquivados; 4 estão em discussão nas comissões da Câmara; e 7 foram apensados a outros projetos legislativos, dos quais 4 foram apensados ao projeto do Escola Sem Partido – PL 7180/2014, de autoria do dep. Erivelton Santana (PSC/BA), atualmente em discussão por uma Comissão Especial.

⁹ Nos últimos cinco anos, projetos legislativos que proíbem a “ideologia de gênero” e a “doutrinação ideológica” foram aprovados em âmbito municipal em diversas localidades. No entanto, a posição majoritária do Poder Judiciário, sobretudo por meio dos posicionamentos do Supremo Tribunal Federal (STF), é de considerar tais legislações como inconstitucionais.

Dos projetos em andamento, temos o PL 3235/2015, de autoria do dep. Marco Feliciano (PSC/SP), que criminaliza a “ideologia de gênero” em documentos oficiais; o PL 5774/2016, de autoria do dep. Victório Galli (PSC/MT), que torna contravenção o uso do banheiro não designado ao seu “sexo”; o PRC 309/2018, de autoria do dep. Diego Garcia (PODE/PR), que altera o regimento interno da Câmara retirando a expressão “igualdade de gênero”; e o PDC 1094/2018, também de Diego Garcia, que susta uma portaria do Conselho Nacional de Educação (CNE). Apesar da grande maioria dos projetos terem inconsistência jurídicas que inviabilizam a sua aprovação ou aplicação (como imprecisões terminológicas e conflitos com outras legislações ou com o ordenamento constitucional), tais proposições evidenciaram uma ampla articulação parlamentar contra as políticas de gênero e sexualidade, assim como um fortalecido campo conservador.

118

Em meio à crise dos planos de educação em 2015, um projeto (devolvido) chegou a ser assinado por 67 parlamentares, o PDC 122/2015 que buscava sustar os efeitos da inclusão da “ideologia de gênero” no documento final da CONAE de 2014. Outro projeto, o PDC 214/2015, que buscava sustar a portaria que criou o Comitê de Gênero no Ministério da Educação, foi assinado por 48 parlamentares – fazendo o Governo Dilma recuar e mudar, em menos de um mês, o nome do Comitê para “Combate às Discriminações”. Estes projetos coletivos e os pronunciamentos de 2015 mostraram que o discurso da “ideologia de gênero” foi rapidamente assimilado por uma diversidade de parlamentares, oriundos de distintos partidos, vinculados a um conservadorismo cristão (católico e sobretudo evangélico) em plena ascensão.

Realizando um panorama geral dos pronunciamentos, é significativa a participação de parlamentares evangélicos na difusão desse discurso. Ao longo deste período, os deputados evangélicos realizaram mais de dois terços dos pronunciamentos (102 no total) que citaram o termo, demonstrando um maior engajamento em relação aos católicos. Se inicialmente este termo era introduzido nas discussões legislativas por católicos ultraconservadores, na 55ª Legislatura os evangélicos tomaram a dianteira do combate à “ideologia de gênero”, tratando esta pauta como prioritária para a sua bancada, seguindo um padrão histórico de oposição às políticas em gênero e sexualidade (ALMEIDA, 2017; MARIANO, 2016;

VITAL e LOPES, 2013). De forma simbólica, na Sessão Solene sobre a Reforma Protestante, realizada no dia 31 de outubro de 2017, praticamente todos os parlamentares discursantes definiram a luta contra a “ideologia de gênero” como uma pauta fundamental para a defesa dos valores cristãos e a afirmação da fé evangélica na sociedade brasileira.

A distribuição partidária também evidencia esta questão, na qual dois partidos (de um total de 19) congregam em torno de 45% dos pronunciamentos realizados: o Partido Social Cristão (PSC), com 41 discursos; e o Partido Republicano Brasileiro (PRB, atual Republicanos), com 28 discursos. Os dois partidos são atualmente as maiores agremiações políticas dirigidas por grupos evangélicos – o PSC com uma forte presença da Assembleia de Deus, junto a outras igrejas como a Batista; e o PRB sendo comandado majoritariamente pela Igreja Universal do Reino de Deus (ALMEIDA, 2017). A presença de parlamentares evangélicos do PRB e do PSC na proposição de projetos legislativos neste período também é significativa, estando presentes em 10 dos 16 projetos propostos.

119 Por outro lado, a diversidade de partidos demonstra uma assimilação difusa do discurso da “ideologia de gênero” por diferentes grupos e bancadas partidárias localizadas no espectro da direita política. Dos partidos que reproduziram este discurso conservador, tivemos PSC (41), PRB (28), PSB (14), DEM (10), PSD (10), PSDB (8), PHS (5), PR (4), PMDB (2), PP (2), PROS (2), PTB (2), PTN (2), PEN (1), PODE (1) e PV (1). Os partidos de esquerda PT (10), PSOL (8) e PCdoB (5) citaram o termo questionando a sua legitimidade e validade argumentativa, defendendo a manutenção e ampliação das políticas públicas em gênero e sexualidade.

A distribuição dos pronunciamentos por parlamentar nos traz informações relevantes para análise. Apesar de aproximadamente metade dos deputados ter realizado de um a três pronunciamentos, revelando uma pluralidade de indivíduos (51 no total), seis parlamentares foram responsáveis por 66 pronunciamentos: dep. Victório Galli (PSC/MT) com 18 discursos; dep. Lincoln Portela (PR e PRB/MG) com 12; dep. Flavinho (PSB/SP) com 11; dep. Arolde de Oliveira (PSC/RJ) com 10; dep. Vinicius Carvalho (PRB/SP) com 8; e dep. Marco Feliciano (PSB/SP) com 7. Os discursos enunciados por tais parlamentares representaram quase metade do total, evidenciando uma concentração de parte significativa dos pronunciamentos em

poucos indivíduos. Destes parlamentares, apenas o dep. Flavinho é católico, sendo um membro ativo da Canção Nova, da Renovação Carismática. Os outros deputados são vinculados, respectivamente, à Assembleia de Deus, Igreja Batista Solidária, Igreja Batista, Igreja Universal do Reino de Deus e, novamente, Assembleia de Deus.

Em síntese, a 55^a Legislatura representou um período de consolidação do uso do termo “ideologia de gênero” nas discussões legislativas da Câmara dos Deputados, seja por meio do crescimento do número de pronunciamentos (160) realizados no Plenário, ou pela aparição dos primeiros projetos legislativos (16) que reproduziram este termo em sua redação ou justificativa. A despeito deste discurso ter mobilizado uma diversidade de partidos (19) e parlamentares (51), foi significativa a concentração dos pronunciamentos em dois partidos (PSC e PRB) e em um número restrito de deputados. Este fato é explicado pelo forte engajamento e pela atuação persistente de lideranças evangélicas no combate à “ideologia de gênero” nas discussões do Plenário.

120

Nos anos de 2015 a 2018, o discurso da “ideologia de gênero” foi amplamente utilizado por grupos de direita como um recurso retórico de oposição às políticas em gênero e sexualidade na Câmara dos Deputados, marcando um processo de consolidação de uma agenda ofensiva do conservadorismo cristão no campo das políticas sexuais. As políticas de educação foram elencadas como fundantes neste debate, pois a “ideologia de gênero” seria uma ameaça principalmente para as crianças, por estarem sujeitas às influências ideológicas que desestabilizam a família tradicional, a moralidade e os valores cristãos (ARAGUSUKU, 2018; BORGES e BORGES, 2018; MIGUEL, 2016; REZENDE, ÁVILA e TEIXEIRA, 2019).

Paralelamente, este período em si foi marcado por grandes tensões, instabilidades e mudanças políticas, com a queda de um governo por meio de um impeachment – produzido e protagonizado na Câmara dos Deputados – e o avanço crescente de uma agenda conservadora impulsionada pela reorganização das direitas no Brasil (ALMEIDA, 2019; GALLEGO, 2018). Este processo de reconfiguração das forças políticas no país resultou na vitória de Jair Bolsonaro na disputa à Presidência da República em 2018; que, como prometido, tornaria prioritário o combate à “ideologia de gênero” na agenda do Governo Federal nos próximos quatro anos.

3. O discurso da “ideologia de gênero” como posição oficial do Governo Federal e o novo ciclo político (2019)

No ano de 2019, como resultado das eleições do ano anterior, tivemos uma grande recomposição de forças políticas na Câmara dos Deputados, onde o Partido Social Liberal (PSL) de Jair Bolsonaro elegeu a segunda maior bancada parlamentar, emergindo enquanto o maior e principal partido de direita da 56ª Legislatura (2019-2023) – um novo polo aglutinador de lideranças e grupos conservadores no país. A vitória de Bolsonaro na eleição presidencial de 2018 fortaleceu a agenda de oposição às políticas em gênero e sexualidade no Brasil, dando importantes espaços institucionais para os grupos parlamentares que vinham lutando contra a “ideologia de gênero” na arena legislativa nos últimos anos.

Já em seu discurso de posse, realizado no Plenário da Câmara em 1º de janeiro de 2019, Bolsonaro apresentou que seu governo iria “unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e a nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores. O Brasil voltará a ser um país livre de amarras ideológicas”¹⁰. Ao longo deste primeiro ano de governo, Bolsonaro voltou a citar a luta contra a “ideologia de gênero” nos pronunciamentos oficiais, articulando seus ministérios para a proposição de políticas e ações em torno da temática. Seguindo esta linha, o Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty), sob chefia de Ernesto Araújo; e o novo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), sob chefia de Damares Alves, foram os principais órgãos de reprodução do discurso da “ideologia de gênero” no âmbito do Governo Federal.

No Itamaraty, Ernesto Araújo vem promovendo uma “cruzada” contra a “ideologia de gênero” e em defesa da “civilização cristã” nos espaços de discussão diplomática e de deliberação política internacional, buscando um alinhamento programático na pauta da moral e dos costumes sexuais com outros governos conservadores. No MMFDH, Damares Alves vem promovendo uma forte agenda regressiva no campo das políticas sexuais, tratando o tema de forma polêmica e

¹⁰ Discurso completo no portal da Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=1.2019.N&nuQuarto=61748&nuOrador=5&nuInsercao=5&dtHorarioQuarto=15:16&sgFaseSessao=undefined&Data=01/01/2019>. Acesso em 26 de janeiro de 2020.

controversa, e transformando a pauta dos direitos humanos em um espaço de difusão dos posicionamentos ultraconservadores difundidos pela bancada evangélica. A despeito disso, foi mantida uma Diretoria de Promoção de Direitos LGBT no âmbito do MMFDH, enquanto que o Conselho Nacional LGBT foi extinguido por meio de decreto presidencial. O Ministério da Educação (MEC), que poderia ser um espaço central neste processo, teve duas gestões marcadas por instabilidades e problemas institucionais que impossibilitaram uma atuação ofensiva neste campo¹¹.

Assim, tivemos mudanças significativas no âmbito do Governo Federal que, certamente, influem sobre as discussões legislativas presentes na Câmara dos Deputados. No primeiro ano da 56^a Legislatura, foram realizados 50 pronunciamentos que fizeram referência a este termo no Plenário da Câmara, número similar ao encontrado em 2017. Conjuntamente, tivemos um aumento significativo de projetos legislativos, com a proposição de 11 projetos que mobilizaram a “ideologia de gênero” em sua redução ou justificativa. A principal mudança ocorreu na questão do espectro partidário, onde o PSL emergiu como o partido com maior número de pronunciamentos (13 no total) e proposições legislativas (7 projetos). Por outro lado, o discurso de oposição ao uso do termo também cresceu, totalizando 20 discursos, pouco menos da metade dos pronunciamentos realizados em 2019. Este fato ocorreu por conta da crescente oposição aos projetos do Escola Sem Partido e pelas ações em defesa das políticas de promoção da cidadania LGBT que vinham sendo desmontadas pelo atual governo.

Diferentemente da legislatura anterior, a maioria dos projetos não trataram sobre as políticas de educação. Apenas três projetos estiveram relacionados à educação: o PL 258/2019, de autoria do dep. Pastor Eurico (PATRI/PE), que altera a LDB; o PL 3664/2019, do dep. Helio Lopes (PSL/RJ), que institui a Semana do Direitos, da Ética e da Cidadania na escola, porém com um parágrafo proibindo a “ideologia de gênero”; e o PDL 520/2019, proposto por oito deputados/as, que susta a resolução do CNE que define o uso do nome social de travestis e transexuais nas

¹¹ Em setembro de 2019, Bolsonaro anunciou que o MEC iria elaborar um projeto legislativo contra a “ideologia de gênero”. No entanto, até o momento, nenhum projeto foi apresentado e há indícios de recuo do governo em relação aos esforços pela aprovação do Escola Sem Partido.

escolas. Assim como os outros projetos do gênero, o PL 258/2019 foi apensado ao PL 7180/2014, que concentrou as proposições relacionadas ao Escola Sem Partido. Este projeto havia sido arquivado ao final da 55ª Legislatura, após a Comissão Especial criada em 2016 não ter conseguido votar o relatório do dep. Flavinho, apresentado em 2018, favorável a sua aprovação. Porém, em dezembro de 2019, a Comissão Especial do Escola Sem Partido foi recriada pelo dep. Rodrigo Maia (DEM/RJ), atual Presidente da Câmara dos Deputados.

A maioria dos projetos (8 no total) se concentrou no estabelecimento de punições relacionadas à criminalização da “ideologia de gênero” nos espaços públicos, evidenciando uma ampliação do escopo dos projetos legislativos para além das políticas de educação. Alguns projetos buscaram a inclusão da “ideologia de gênero” no Código Penal, sendo o mais relevante o PL 3492/2019 – de autoria das deputadas Carla Zambelli (PSL/SP), Bia Kicis (PSL/DF) e Eduardo Bolsonaro (PSL/SP) – que, dentre outras ações, tipifica o homicídio por imposição da “ideologia de gênero” no rol de crimes hediondos. Este projeto ganhou grande visibilidade por tratar diretamente da morte de Rhuan Maycon, de apenas 9 anos de idade, assassinado por sua mãe e sua companheira em maio de 2019¹².

123

Por se tratar de um casal homoafetivo e de um caso marcado por grande crueldade, com forte conteúdo sexual delirante, diversas lideranças e grupos conservadores afirmaram que este assassinato havia sido motivado pela “imposição da ideologia de gênero” a uma criança. Em transmissão nas redes sociais, Bolsonaro inclusive relacionou o caso à reeleição do Brasil no Conselho de Direitos Humanos da ONU, e afirmou que “nossa bandeira lá será, logicamente, voltada para a questão de família e abortar de vez (...) a questão da ideologia de gênero”¹³. Desse modo, presenciamos um esforço político pela associação deste crime às políticas em gênero e sexualidade, reafirmando um antigo discurso de construção da ameaça sexual e de amplificação dos sentimentos de insegurança relacionados ao campo da sexualidade (RUBIN, 1984; WEEKS, 2002). Atualmente, este projeto encontra-se em discussão

¹² O “Caso Rhuan Maycon” foi amplamente relatado pela mídia e mais informações sobre este caso podem ser encontradas em diversos portais de notícias.

¹³ Disponível em: <https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/videos/382878162361521/>. Acesso em 27 de janeiro de 2020.

na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e teve parecer favorável apresentado pelo relator designado, o dep. Pedro Lupion (DEM/PR).

Portanto, no ano de 2019, vimos o crescimento da relevância do combate à “ideologia de gênero” nas discussões legislativas da Câmara dos Deputados, agora também impulsionado pelo Governo Federal que assumiu este discurso em seus posicionamentos oficiais. A vitória de Jair Bolsonaro à Presidência da República e o sucesso eleitoral do PSL¹⁴ nas eleições de 2018, certamente, estão vinculados ao processo de reorganização das direitas que vem ocorrendo nesta última década. Vimos assim uma renovação das direitas e de suas pautas no Brasil, sendo a luta contra a “ideologia de gênero” uma parte fundamental desta renovação político-ideológica. Como um dado relevante, com exceção do dep. Eduardo Bolsonaro, todos/as os/as parlamentares do PSL que citaram a “ideologia de gênero” em seus pronunciamentos estão em seu primeiro mandato na Câmara dos Deputados.

124

Algumas biografias políticas evidenciam este processo de renovação das lideranças da direita política. Bia Kicis (PSL/DF) e Carla Zambelli (PSL/SP), por exemplo, ganharam notoriedade apenas muito recentemente, durante as manifestações pelo impeachment de Dilma Rousseff – a primeira como integrante do Movimento Revoltados ON LINE, e a segunda como fundadora do Movimento Nas Ruas. Hélio Lopes (PSL/RJ), deputado mais votado de seu estado, é um dos militares que ascenderam politicamente nas últimas eleições, tendo sido apoiado diretamente por Jair Bolsonaro. Filipe Barros (PSL/PR) foi militante estudantil e ganhou visibilidade por seu ativismo evangélico e sua atuação conservadora pró-vida e pró-família, sendo um ex-integrante do Movimento Brasil Livre (MBL).

Todas estas trajetórias demonstram a pluralidade política destas novas lideranças conservadoras que iniciaram, em 2019, um primeiro mandato na Câmara dos Deputados. Representam também uma rearticulação das pautas conservadoras e das direitas no Brasil, que assumem um posicionamento integrado entre ultraliberalismo econômico e conservadorismo moral (GALLEGO, 2018; ROCHA,

¹⁴ Cabe destacar que o PSL vem passando por uma crise política por seu comando desde outubro de 2019. O próprio Bolsonaro saiu do partido em novembro daquele ano e encontra-se sem filiação partidária. Atualmente, Bolsonaro e uma ala do PSL estão engajados na construção de um novo partido conservador, o Aliança pelo Brasil.

2019). A luta contra a “ideologia de gênero” se configura como uma das principais pautas desta agenda conservadora, influenciando sobre as disputas políticas que perpassam o campo da moral e dos costumes sexuais. Muito seguramente, veremos a mobilização constante desta pauta nos próximos três anos (2020 a 2022) de atividade da 56ª Legislatura e de Governo Bolsonaro.

Considerações finais

125 Ao longo do artigo, foi descrito o processo de emergência da “ideologia de gênero” nas discussões legislativas da Câmara dos Deputados, se tratando de um discurso político mobilizado por grupos de direitas em torno da temática da moralidade, dos costumes e das práticas sexuais. Em síntese, delimitamos três períodos históricos da mobilização deste discurso nos pronunciamentos do Plenário e nos projetos legislativos: (1) de 2003 a 2014, período em que o termo era praticamente desconhecido, sendo introduzido por parlamentares católicos conservadores que buscavam inseri-lo na pauta política; (2) de 2015 a 2018, período de atividade da 55ª Legislatura, no qual presenciamos o aumento abrupto da frequência do uso deste termo nas disputas políticas a partir de sua assimilação por grupos de direita (laicos, católicos e sobretudo evangélicos) que mobilizavam uma agenda conservadora de oposição às políticas em gênero e sexualidade, sobretudo no campo da educação ; e (3) o ano de 2019, período inicial da 56ª Legislatura e do Governo Bolsonaro, que tornou o discurso da “ideologia de gênero” uma posição oficial do Governo Federal, fortalecendo assim os grupos parlamentares conservadores e a legitimidade do uso deste termo nas disputas políticas.

Desse modo, vimos nestas últimas duas décadas um processo de mudanças significativas em relação às políticas sexuais mobilizadas pelos grupos conservadores cristãos. Inicialmente, tais grupos não possuíam uma retórica consistente, ou mesmo unificada, de oposição ao avanço das demandas dos movimentos feministas e LGBT no campo das políticas públicas. Isto gerava uma atuação mais defensiva, pouco propositiva em termos legislativos, minimamente de bloqueio do avanço destas demandas a partir da oposição parlamentar na Câmara

dos Deputados. Entretanto, em meados da década de 2010, se consolidou uma agenda ofensiva, bastante atuante e propositiva, que encontrou no termo “ideologia de gênero” uma forma de unificação discursiva da oposição às políticas em gênero e sexualidade que eram implementadas pelo Governo Federal e por diversos governos locais. A “ideologia de gênero” possibilitou a construção de uma ameaça em comum, unificando antagonismos e construindo alianças anteriormente inexistentes.

O próximo período e os três anos que se seguirão de atividades da 56^a Legislatura e de Governo Bolsonaro serão fundamentais, pois certamente testarão a capacidade de nossas instituições democráticas em mediar os antagonismos e conflitos sociais, impedindo que determinados grupos políticos estabeleçam suas posições como “únicas” a partir da instrumentalização dos aparelhos estatais de repressão. Apesar de ameaçadas, as políticas em gênero e sexualidade continuam fluentes nas agendas governamentais e são sustentadas por uma potente rede da sociedade civil composta por movimentos sociais, fundações, partidos, associações acadêmicas, entidades profissionais, sindicatos, etc. Porém, cabe destacar que existe um grande esforço dos grupos de direita vitoriosos nas eleições de 2018 para a supressão desta rede da sociedade civil e de sua agenda em políticas sexuais.

126

Portanto, considero que existe atualmente um impasse entre posições políticas antagônicas sobre o funcionamento das instituições democráticas, decorrente das mudanças estruturais dos últimos vinte anos, de conflitos entre diferentes grupos sociais e de uma recente polarização da sociedade brasileira. A “ideologia de gênero” representa um destes focos de antagonismos, tratando diretamente sobre as políticas sexuais – uma temática ainda produtora de medos, inquietações e pânicos morais. Por fim, serão fundamentais a construção de novas análises que busquem a compreensão deste atual cenário político, lançando reflexões sobre a emergência das direitas nas instituições políticas nacionais e seus resultados nas mais diversas áreas de políticas públicas.

Referências

ABERS, R. N.; SILVA, M. K.; TATAGIBA, L. (2018). "Movimentos sociais e políticas públicas: repensando atores e oportunidades políticas". *Lua Nova*, n. 105, p. 15-46. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0102-015046/105>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

ALMEIDA, R. (2017). "A onde quebrada - evangélicos e conservadorismo". *Cadernos Pagu*, v. 50. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/18094449201700500001>>. Acesso em: 5 fev. 2020.

ALMEIDA, R. (2019). "Bolsonaro Presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira". *Novos Estudos CEBRAP*, v. 38, n. 1, p. 185-213. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.25091/s01013300201900010010>>. Acesso em: 11 jan. 2020.

ARAGUSUKU, H. A. (2018). *O discurso da "ideologia de gênero" na Câmara dos Deputados: análise crítico-discursiva e psicopolítica*. Dissertação em Psicologia Social. São Paulo: Universidade de São Paulo.

ARAGUSUKU, H. A.; AGUILAR LARA, Maria F.; FRACCAROLI, Yuri; MARTINS, Alexandre N. (2019). "Estado, políticas sexuais e cidadania LGBT no Brasil pós-impeachment". *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, v. 2, n. 4, no prelo.

ARAGUSUKU, H. A.; LOPES, M., A. S. (2018). "Políticas públicas e cidadania LGBT em Mato Grosso: uma década de avanços e retrocessos". *Sexualidad, Salud y Sociedad*, n. 29, p. 147-171. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2018.29.07.a>>. Acesso em: 12 jan. 2020.

BEVIR, M.; RHODES, R. A. W. (2005). "Interpretation and its others". *Australian Journal of Political Science*, v. 40, n. 2., p. 169-187.

BORGES, R. O.; BORGES, Z. N. (2018). "Pânico moral e ideologia de gênero articulados na supressão de diretrizes sobre questões de gênero e sexualidade nas escolas". *Revista Brasileira de Educação*, v. 23, p. 1-23. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s1413-24782018230039>>. Acesso em 10 fev. 2020.

BRACKE, S.; PATERNOTTE, D. (2016). "Unpacking the Sin of Gender". *Religion & Gender*, v. 6, n. 1, p. 143-154. Disponível em: <<https://doi.org/10.18352/rg.10167>>. Acesso em: 11 fev. 2020.

CARRARA, S. (2010). "Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo". *Bagoas*, v. 4, n. 5, p. 131-148.

CARRARA, S. (2015). "Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo". *Mana*, v. 21, n. 2, p. 323-345. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0104-93132015v21n2p323>>. Acesso em: 13 fev. 2020.

FAIRCLOUGH, I.; FAIRCLOUGH, N. (2012). *Political Discourse Analysis: a method for advanced students*. London: Routledge.

GALLEGO, E. S. (2018). *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo.

GURZA LAVALLE, A.; SZWAKO, J. (2015). "Sociedade civil, Estado e autonomia: argumentos, contra-argumentos e avanços no debate". *Opinião Pública*, v. 21, n. 1, p. 157-187. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1807-0191211157>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

JUNQUEIRA, R. D. (2018). "A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero". *Psicologia Política*, v. 18, n. 43, p. 449-502.

LUNA, N. (2017). "A criminalização da "ideologia de gênero": uma análise do debate sobre diversidade sexual na Câmara dos Deputados em 2015". *Cadernos Pagu*, n. 50, p. 1-46. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/18094449201700500018>>. Acesso em: 9 de jan. 2020.

MACHADO, M. D. C. (2018). "O discurso cristão sobre a "ideologia de gênero". *Revista Estudos Feministas*, v. 26, n. 2, p. 1-18. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584-2018v26n247463>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

MARIANO, R. (2016). "Expansão do ativismo político de grupos evangélicos conservadores". *Civitas*, v. 16, n. 4, p. 710-728. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2016.4.25765>>. Acesso em: 25 fev. 2020.

MELLO, L.; BRITO, W.; MAROJA, D. (2012). "Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades". *Cadernos Pagu*, n. 39, p. 403-429.

MIGUEL, L. F. (2016). "Da "doutrinação marxista" à "ideologia de gênero" – Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro". *Direito & Práxis*, v. 7, n. 15, p. 590-621. Disponível em: <<https://doi.org/10.12957/dep.2016.25163>>. Acesso em 15 fev. 2020.

MIGUEL, Luis F.; FREITOSA, F. (2009). "O gênero do discurso parlamentar: mulheres e homens a tribuna da Câmara dos Deputados". *Dados*, v. 52, n. 1, p. 201-221. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0011-52582009000100006>>. Acesso em: 4 mar. 2020.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F.; SANTOS, R. M. (2017). "O direito ao aborto no debate legislativo brasileiro: a ofensiva conservadora na Câmara dos Deputados". *Opinião Pública*, v. 23, n. 1, p. 230-260. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1807-01912017231230>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

PEREIRA, C. F. (2016). “Notas sobre a trajetória das políticas públicas de direitos humanos LGBT no Brasil”. *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos*, v. 4, n. 1, p. 115-137.

PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A FAMÍLIA (2014). *Lexicon: termos ambíguos e discutidos sobre família, vida e questões éticas*. 2 ed. Brasília: Edições CNBB.

REZENDE, D.; ÁVILA, L. B. B.; TEIXEIRA, C. O. (2019). “Anti-gender movements in contemporary Brazil: an analysis of the speeches given in the Chamber of Deputies, 2000-2017”. *Congresso Internacional de Lingüística de Corpus – Análisis del Discurso desde la Óptica del Corpus*, XI, Valência, Espanha, mimeo.

ROCHA, C. (2019). “Imposto é Roubo!” A Formação de um Contrapúblico Ultraliberal e os Protestos Pró-*Impeachment* de Dilma Rousseff”. *DADOS*, v. 62, n. 3, p. 1-42. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/001152582019189>>. Acesso em: 5 fev. 2020.

RUBIN, G. (1984). “Thinking sex: notes to a radical theory of the politics of sexuality”, em VANCE, C. (org). *Pleasure and Danger: exploring female sexuality*. Boston: Routledge & Kegan Paul.

SCALA, J. (2010). *La ideología de género o el género como herramienta de poder*. Rosario: Ediciones Logos.

129

SANTOS, R. M. (2018). “Conservadorismo na Câmara dos Deputados: discursos sobre “ideologia de gênero” e Escola Sem Partido entre 2014 e 2018”. *Teoria e Cultura*, v. 13, n. 2, p. 118-134. Disponível em: <<https://doi.org/10.34019/2318-101X.2018.v13.12433>>. Acesso em: 4 mar. 2020.

VAN DIJK, T. (2009). *Discurso y Poder: contribuciones a los Estudios Críticos del Discurso*. Barcelona: Editorial Gedisa.

VITAL, C.; LOPES, P. V. L. (2013). *Religião e Política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll & ISER.

WEEKS, J. (2002). *Sexuality and its discontents: meanings, myths and modern sexualities*. New York: Routledge & Kegan Paul.

Recebido em 30 de janeiro de 2020

Aprovado em 4 de abril de 2020

<https://doi.org/10.31990/agenda.2020.1.4>

The historical path of “gender ideology” in the Chamber of Deputies: a right-wing’s renewal in sexual politics

Abstract: This paper aims to present a historical analysis of the presence of the term “gender ideology” in legislative discussions in the Chamber of Deputies. For this, were systematized and analyzed 225 speeches and 27 legislative projects, from 2003 (first term appearance) to 2019. The expressed analysis has interpretative nature and aims to understand the gradual process of emergence and consolidation of the “gender ideology” speeches in the Chamber of Deputies, alongside with its discursive, political and institutional outcomes. The analysis was divided into three historical moments: 2003 to 2014 (first appearance and low frequency of the term’s use), 2015 to 2018 (abrupt growth and expansion of the term’s use by a diversity of political actors), and 2019 (alignment of the term’s use to the Federal Government agenda). Currently, the “gender ideology” constitutes a renovation of the right-wings in the field of sexual policies. It is a new political discourse that reorganized and unified the conservative agenda in opposition to policies about gender and sexuality in Brazil.

Keywords: Gender; Sexuality; Chamber of Deputies; Right-wing; Conservatism.

El camino histórico de la “ideología de género” em la Cámara de los Diputados: una renovación de las derechas en las políticas sexuales

Resumen: Este artículo tiene como objetivo presentar un análisis histórico de la presencia del término “ideología de género” en las discusiones legislativas en la Cámara de los Diputados. Con este fin, fueron sistematizados y analizados 225 pronunciamientos y 27 proyectos legislativos, desde 2003 (primera aparición del término) hasta 2019. Los análisis expuestos son de naturaleza interpretativa, con el objetivo de comprender el proceso gradual de surgimiento y consolidación del discurso de la “ideología de género” en la Cámara de los Diputados, junto a sus entrelazamientos discursivos, políticos e institucionales. El análisis se dividió en tres momentos históricos: 2003 a 2014 (primera aparición y baja frecuencia del uso del término), 2015 a 2018 (crecimiento brusco y expansión del uso del término por una diversidad de actores políticos) y 2019 (alineación del uso del término con la agenda del Gobierno Federal). Actualmente, la “ideología de género” constituye una renovación de las derechas en el campo de las políticas sexuales. Este es un nuevo discurso político que reorganizó y unificó la agenda conservadora de oposición a las políticas de género y sexualidad en Brasil.

Palabras clave: Género; Sexualidad; Cámara de los Diputados; Derechas; Conservadurismo.